

A FAO E O PACOTE AGRÍCOLA

*** Roberto Rodrigues**

De 3 a 5 de julho passado a FAO, organização da Nações Unidas encarregada dos temas Agricultura e Alimentação, promoveu em Roma um importantíssimo evento para discutir o complexo tema das “Mudanças Climáticas, energia e alimentos”. Com a participação de Chefes de Estado, Ministros e representantes de 180 países e mais a União Européia, a ampla discussão, que foi precedida de intensos debates com especialistas do mundo inteiro, girou em torno do problema da segurança alimentar dos mais pobres x aumento de preços agrícolas, acoplado às questões da agroenergia e do aquecimento global.

E a premissa era a mesma da grande cúpula realizada pela FAO em 1966, que propunha reduzir, até 2015, o número de pessoas subnutridas à metade do que então acontecia. Embora não tenham ocorrido importantes ações de lá para cá, os países presentes à Conferência de Alto Nível de agora reiteraram ser inaceitável que 862 milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, continuem mal alimentadas hoje em dia.

Depois de 3 dias de debates, a Conferência culminou com a elaboração de uma Declaração, pela qual todos os participantes se comprometeram a assumir a segurança alimentar como política nacional permanente, renovando o compromisso de reduzir a subnutrição mundial.

Nas considerações iniciais do documento, os países afirmaram estarem convencidos de que a comunidade internacional deve tomar medidas urgentes e coordenadas para aqueles objetivos, enfatizando a necessidade de ajudar os mais pobres.

E aí apresentaram um rol de propostas de curto, médio e longo prazo. Estas propostas, tão ambiciosas quanto genéricas, vão desde a solicitação de políticas assistencialistas (doação de alimentos) aos menos favorecidos, até a necessidade de cuidados com a biodiversidade e a exploração sustentável de recursos florestais, passando pela demanda de investimentos em tecnologia agrícola, pelo apelo a uma solução rápida para a Rodada de Doha, que permita um comércio mais justo e capaz de estimular a produção agrícola nos países atrasados, pela ampliação dos estoques mundiais e pela produção de biocombustíveis sem concorrer com alimentos.

Pode-se dizer que tudo isto é óbvio, e que não seria necessário uma enorme Conferência para esta conclusão.

O problema, porém, é mais complicado.

A FAO, como órgão da ONU, tem mesmo que conduzir o assunto desta forma. Mas compete a cada país dar provimento às recomendações, seja com suas políticas públicas internas, seja através de acordos internacionais.

E, se isto não acontecer, aí sim é que Declarações deste teor ficam inteiramente inócuas. Cada país deve fazer sua parte.

E o Brasil, faz a dele? No recente anúncio do Plano Agrícola para 2008/09, o governo tomou algumas importantes decisões, como aumentar o

crédito para a agricultura familiar e para o agronegócio; embora menor de que o setor privado necessita, foi de acordo com as possibilidades do momento.

No entanto, o fato mais importante do anúncio oficial – e bem de acordo com os pedidos da FAO – foi a fala do Presidente da República de que o problema do agronegócio brasileiro passa a ser, doravante, um problema do governo todo, e não apenas do Ministério da Agricultura.

Este é um anúncio da maior relevância, porque a solução dos problemas de agricultura está, em sua maioria, fora da alçada do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA. Quem decide o orçamento do MAPA é o Ministério do Planejamento, em conjunção com o da Fazenda; quem define a taxa de juros é o Banco Central, que também cuida da taxa de câmbio; quem resolve logística é o Ministério dos Transportes; acordos internacionais são negociados pelo Itamaraty; as regras do comércio, pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; as questões ambientais pelo Ministério do Meio Ambiente; as trabalhistas pelo Ministério do Trabalho, as invasões pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, e assim por diante. Até mesmo a biotecnologia passa pela CTNBIO.

Portanto, muito bem-vinda esta definição, até porque se enquadra bem no texto da FAO. Transformando-se em realidade, teremos dado um passo extraordinário na formulação de políticas integradas que nos permitirão avançar positivamente neste cenário global que é demandante de produtos agrícolas – alimentos, energia e fibras – e, salvo grandes cataclismos econômicos, seguirá assim ainda por um bom tempo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**